



Evento: XXXIV Seminário de Iniciação Científica

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: O PIBID E A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA¹

Eduarda da Rosa Piltz², Vidica Bianchi³

¹ Este resumo expandido se refere a sistematização de pesquisa referente ao Projeto Bases para a Projeção de uma Política de Formação de Professores, coordenado pela UFRGS e que a UNIJUI é co-participante.

² Estudante de Psicologia, no Décimo Módulo da UNIJUI - Bolsista do Referido Projeto; a bolsa vinculado a UFRGS.

³ Doutora em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui). E-mail: vidica.bianchi@unijui.edu.br.

INTRODUÇÃO

A formação de professores tem sido orientada pelas políticas públicas que buscam superar às lacunas históricas da educação brasileira, sobretudo no que se refere à qualidade da formação inicial, à valorização da carreira docente e à articulação entre teoria e prática. Nesse contexto, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica (PRP), ambos pela orientação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), representam iniciativas fundamentais da Política Nacional de Formação de Professores. Este trabalho tem como objetivo discutir contribuições e limites dos respectivos Programas para qualificar a formação docente. Para isso analisamos as Portarias CAPES nº 157/2024, 59/2025, 221/2024 e 312/2024, além de conteúdos oficiais da CAPES e da Plataforma Freire.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram originados de documentos oficiais da CAPES. Seguiu-se uma leitura na íntegra a qual possibilitou refletir sobre pontos fundamentais presentes nas portarias e nas entrevistas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PIBID é um programa que tem por objetivo fomentar a iniciação à docência por meio da inserção de licenciandos no cotidiano das escolas de educação básica da rede pública. Sua proposição é qualificar a formação inicial a partir da vivência concreta dos desafios e potencialidades da prática pedagógica. Como destaca a CAPES, o programa busca: “[...] enriquecer a formação teórico-prática de estudantes de licenciatura, promover a integração entre educação superior e básica, e valorizar a escola pública como espaço formativo” (Brasil, 2024)

O programa oferece bolsas para diferentes perfis: bolsistas de iniciação à docência (R\$700,00), professores supervisores (R\$1.100,00), coordenadores de área e institucionais (até R\$2.100,00). O vínculo dos participantes é regulamentado por editais, e a seleção é feita pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a partir das cotas concedidas pela CAPES.

3. A Residência Pedagógica: Intensificação da Experiência Prática

Complementando o PIBID, a Residência Pedagógica foca na atuação prática mais estruturada e contínua, voltada a estudantes em estágio mais avançado da graduação. O programa visa consolidar a identidade profissional dos licenciandos, promover a corresponsabilidade entre universidade e escola, e estimular a pesquisa baseada na realidade escolar. Segundo a CAPES: “O projeto institucional deve ser desenvolvido de maneira articulada com redes de ensino e escolas públicas, em regime de colaboração com estados e municípios” (Brasil, 2024)

As bolsas seguem valores similares: R\$700,00 para residentes, R\$1.100,00 para preceptores (professores da escola), R\$2.000,00 para docentes orientadores e R\$2.100,00 para coordenadores institucionais. A exigência é que o estudante tenha cursado ao menos 50% do curso ou esteja a partir do quinto período.

4. A Plataforma Freire: Gestão e Monitoramento das Ações

A Plataforma Freire é um instrumento de gestão das políticas de formação docente, reunindo dados sobre as ações da



CAPES e possibilitando que secretarias de educação e IES acompanhem a execução dos programas. Sua função é subsidiar a formulação de políticas com base em evidências e garantir maior eficiência na alocação de recursos públicos (Brasil, 2024)

5. Avanços Recentes: O que Mudou nas Portarias da CAPES

As Portarias nº 157/2024, 59/2025, 221/2024 e 312/2024 refletem um movimento de aperfeiçoamento das normas que regem o PIBID. Entre os principais pontos:

- Estabelecimento de carga horária mínima de 10 horas semanais para os bolsistas;
- Vedação ao acúmulo de bolsas com outros programas da CAPES, FNDE e CNPq;
- Requisitos mais criteriosos para Coordenadores de Área, exigindo comprovação de pelo menos três experiências formativas com duração mínima de oito meses cada;
- Regras claras para atuação dos Supervisores, exigindo formação compatível, experiência mínima de dois anos no magistério, vínculo com a escola parceira e atuação na área do subprojeto;
- Flexibilizações específicas para contextos como educação indígena, do campo, quilombola, bilíngue e educação de jovens e adultos, reconhecendo as singularidades desses territórios educativos.

Tais mudanças visam garantir qualidade técnica e compromisso ético dos participantes, valorizando a formação docente como uma prática complexa, coletiva e situada. A efetivação dessas exigências são fundamentais para a qualidade da formação inicial de Professores.

6. Reflexões Críticas: Conquistas e Desafios Persistentes

As políticas de fomento à formação docente promovidas pela CAPES representam um avanço indiscutível na profissionalização do magistério. Ao inserirem os licenciandos nas escolas desde os períodos iniciais, permitem que a formação não se restrinja à teoria universitária, mas dialogue com os saberes e práticas da escola pública. Além disso,



estimulam a permanência estudantil, especialmente entre alunos de baixa renda, por meio do suporte financeiro.

Contudo, permanecem **desafios estruturais** que comprometem a efetividade das ações:

- A **valorização financeira das bolsas** ainda é insuficiente frente ao custo de vida dos estudantes;
- A **integração entre PIBID e Residência Pedagógica** poderia ser mais fluida, garantindo uma transição orgânica entre as experiências;
- Há necessidade de **ampliação da cobertura** territorial e institucional dos programas, sobretudo em áreas rurais e periféricas;
- O **financiamento contínuo e a institucionalização** das ações precisam ser assegurados para que essas políticas resistam a mudanças de governo e descontinuidade orçamentária.

Além disso, é fundamental ampliar os espaços de escuta e protagonismo dos sujeitos envolvidos — estudantes, preceptores, coordenadores — na formulação e revisão das diretrizes dos programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo discutir contribuições e limites dos respectivos Programas para qualificar a formação docente. Foram analisadas as Portarias CAPES nº 157/2024, 59/2025, 221/2024 e 312/2024, além de conteúdos oficiais da CAPES e da Plataforma Freire. Observou-se que o PIBID e a Residência Pedagógica têm desempenhado um papel essencial na transformação da formação inicial de professores no Brasil. As recentes mudanças normativas buscam qualificar ainda mais os processos formativos e garantir maior compromisso dos envolvidos. No entanto, sua consolidação como políticas públicas estruturantes dependerá do compromisso contínuo do Estado brasileiro com o financiamento, com a valorização dos profissionais da educação e com o reconhecimento da escola pública como espaço legítimo e potente de formação docente.



Esses programas não apenas formam professores, mas também constroem pontes entre universidade e escola, entre teoria e prática, entre políticas e realidades. São, portanto, pilares indispensáveis para uma educação básica mais democrática, crítica e transformadora. Assim, com essa pesquisa percebe-se que a continuidade desses programas, são fundamentais para a formação de futuros profissionais qualificados para atuar na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação. Formação Inicial. Vivências Pedagógicas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a UNIJUÍ, UFRGS e a CNPq pela concessão da Bolsa de Pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria CAPES n.º 157, de 28 de maio de 2024.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: **15 maio 2025**.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria CAPES n.º 59, de 19 de março de 2025.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: **15 maio 2025**.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria CAPES n.º 221, de 15 de julho de 2024.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: **15 maio 2025**.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria CAPES n.º 312, de 27 de setembro de 2024.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: **15 maio 2025**.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Programa Residência Pedagógica.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-encerrados/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: **15 maio 2025**.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Freire.** Disponível em: <https://freire.capes.gov.br/portal/>. Acesso em: **15 maio 2025**.